

## Degração Audiência Pública Denominada RESERVA DO PARQUE

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

*Expressão(?) dúvida no entendimento escrito*

Senhor Antonio Terra (00:00)

Boa noite a todos. Em nome do Brasília Ambiental gostaria de agradecer a presença de todos. Meu nome é Antonio Terra, sou assessor técnico do licenciamento ambiental aqui do Brasília Ambiental da superintendência do licenciamento. Hoje eu vou conduzir aqui a audiência pública mais uma que a gente faz aqui em relação do parcelamento de solo referente ao licenciamento. Hoje a gente vai fazer a apresentação e discussão do estudo e do relatório de impacto ambiental, EIA/RIMA para parcelamento de solo urbano referente ao licenciamento ambiental licença prévia no empreendimento denominado RESERVA DO PARQUE localizado na Região Administrativa do Recanto das Emas, RA 15, ocupando os lotes de 22 a 24 do Núcleo Rural Vargem da Benção. Durante o auge da pandemia a gente recebeu dois normativos o primeiro do CONAMA referente a gente poder fazer a audiência pública no formato virtual e posteriormente a Instrução Normativa do IBRAM que deu também essa possibilidade da gente fazer esse formato de audiência pública considerando que foi o formato que tem tido muito êxito e a participação tem se dado de forma mais presente a gente mantém esse formato da audiência pública virtual durante as audiências desse ano realizando então, a audiência pública de forma online. A transmissão se dá pelo canal do Brasília Ambiental no YouTube. Vou passar agora a leitura do regramento da audiência pública como a gente faz no início de todas as audiências a gente passa o regramento básico da participação, de como se dá a audiência, do procedimento de encaminhamento dos questionamentos, das manifestações e como a gente faz a organização da audiência pública nesse formato virtual. Data e horário dessa audiência pública dia 25 de outubro com início as 19H00 e encerramento previsto para as 21H45 já incluído o intervalo de 15 minutos previsto a se realizar entre o término da exposição técnica e o início da manifestação dos participantes já com possibilidade de prorrogação de 30 minutos dessa audiência pública. Embasamento legal como eu já adiantei é com base na Instrução Normativa 27 de 2020 do Brasília Ambiental que permitiu a realização da audiência pública no formato virtual nos processos de licenciamento ambiental e na Resolução CONAMA 494 de 2020 também que estabeleceu também a possibilidade nos casos de licenciamento a realização pública, audiência pública, desculpe, no formato virtual considerando o regramento previsto nesta resolução. Informações sobre a nossa audiência pública de hoje. O processo de licenciamento ambiental 0039100000360/2020-32 empreendimento RESERVA DO PARQUE localizado na Região Administrativa do Recanto das Emas. Tipo de licença, licença prévia. Tipo de atividade parcelamento de solo urbano. O interessado empreendedor é Associação de Brasília e Regiões Administrativas, ABRA, e a empresa responsável pelo estudo ambiental CADIMO(?) Engenharia Limitada. Os avisos de publicação da audiência pública foram realizados conforme previsto no Artigo Quinto da Lei 5.081 de 2013, DODF, nos jornais de grande circulação e no site e redes sociais do Brasília Ambiental conforme previsto na Instrução 27 de 2020. O objetivo a audiência pública é discutir e apresentar o estudo de relatório de impacto ambiental, EIA/RIMA, referente ao processo de licenciamento do empreendimento RESERVA DO PARQUE, bem como colher a sugestões, contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento e em especial as questões relativas ao estudo ambiental que foi elaborado pelo empreendedor que agora depois a audiência pública, durante esse processo, na verdade, de forma anterior ele já foi analisado pela equipe do Brasília Ambiental, depois ele tem essa continuidade a partir também das complementações propostas aqui e levantadas na audiência pública. A audiência pública referente ao licenciamento ambiental ela tem previsão legal com base na Resolução CONAMA 09 de 1987 e na Lei Distrital 5.081 de 2013. O trâmite do processo dessa audiência pública como é que ele se dá? A gente está aqui em um tipo de atividade que é parcelamento de solo urbano então, ele tem a previsão do licenciamento trifásico que é a licença prévia, posteriormente a licença de instalação e depois complementando a licença de operação. Na licença prévia aqui nesse licenciamento ambiental a gente analisa então, a concepção, a viabilidade do empreendimento com a apresentação dos estudos, a manifestação das concessionárias, posteriormente na LI que é a licença de instalação apresentação dos projetos e depois a licença de operação referente, principalmente, as condicionantes que vão dar diretrizes de operação do empreendimento visando minimizar os impactos ambientais. Destacar que a audiência pública dos processos de parcelamento de solo é uma etapa obrigatória do processo de ambiental e essa audiência ela é um fórum de discussão e de apresentação então, é muito importante a

participação de todos os interessados de todo mundo que tem alguma questão importante que queira levantar dentro desse processo de licenciamento ambiental para que a gente possa colher essas informações e aprimorar o processo do licenciamento. Aqui não é um fórum de decisão em relação ao licenciamento é só mais uma etapa dentro do procedimento referente à licença prévia. A transmissão da audiência pública ela se dá no canal do Brasília Ambiental. Essa audiência pública ela fica disponível o vídeo fica disponível no canal do Brasília Ambiental para que todo mundo também possa acessar posteriormente. Conforme previsto na Resolução CONAMA 494 de 2020 é estabelecido para que aquelas pessoas que tenham alguma dificuldade de acesso digital, de acesso à internet, para que elas possam assistir presencialmente a transmissão dessa audiência pública então, a gente chama de ponto de acesso fixo para que as pessoas possam acompanhar essa audiência pública virtual. No dia de hoje esse ponto de acesso ele se dá no Salão da Igreja Evangélica do Rei Jesus, localizada na quadra 301, conjunto 01, Área Especial 01, Avenida Recanto das Emas. Então, qualquer pessoa que tiver alguma dificuldade de internet conforme divulgação também que foi feita pelo empreendedor, pela consultoria ambiental, pode também acessar esse local para assistir a audiência pública e também fazer o encaminhamento de suas contribuições. Como se dá o encaminhamento da participação, das contribuições, das manifestações aqui pela comunidade interessada? A gente tem três canais que a gente faz o encaminhamento das contribuições. Vou pedir o pessoal da tela se puder colocar a tela que aparece às informações para que possa facilitar para vocês. Na descrição desse vídeo também tem o contato do WhatsApp, e-mail, do site do IBRAM que podem ser acessados para o encaminhamento. Então, a primeira possibilidade de contribuição é o encaminhamento pelo WhatsApp no telefone (61) 99248 9698, pode ser encaminhado em formato de texto ou áudio dando preferência por formato de texto, mas para aquelas pessoas que tenham alguma dificuldade podem encaminhar também em formato de áudio as suas contribuições, suas manifestações. O segundo canal de encaminhamento é pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. No site do Brasília Ambiental também tem um formulário que pode ser acessado para ser encaminhado pelo e-mail para facilitar para os interessados. Além desses dois canais a gente tem o chat do YouTube que também é um canal de interação entre os participantes e que pode ser utilizado também do encaminhamento das suas perguntas, das suas manifestações. Independente do canal que for utilizado a gente pede que o cidadão se apresente encaminhe se nome para que a gente possa registrar a participação aqui na audiência pública encaminhando então, as suas manifestações, seus questionamentos por algum desses canais ou pelo WhatsApp ou pelo e-mail ou pelo chat do YouTube incluindo a sua identificação. Qualquer pessoa poderá participar, se manifestar na audiência pública exclusivamente na forma online será disponibilizado então, o WhatsApp, o e-mail e o chat desse vídeo do YouTube. É importante ter a identificação. Se for representante de algum grupo, de alguma entidade, de alguma associação também incluir essa identificação para que a gente possa citar na hora da apresentação das manifestações. As manifestações devem ser realizadas de forma objetiva para que a gente tenha um melhor aproveitamento aqui do tempo e consiga atender a todas as manifestações sempre frisando que seja de forma cordial e respeitosa com áudio ou texto encaminhados de forma clara para que a gente possa compreender e fazer os questionamentos aqui a apresentação. As manifestações já podem ser encaminhadas a partir do início da audiência pública isso facilita para que a gente possa ir recebendo e depois para que a gente possa ir fazendo a organização dos encaminhamentos, mas também durante a audiência pública, durante o intervalo ou mesmo durante a parte que a gente já estiver respondendo as manifestações podem ser encaminhadas novas contribuições. A ordem que a gente faz a apresentação das manifestações é de acordo com a ordem de chegada e de acordo com a ordem que a gente faz a organização pela temática das perguntas para que a gente possa facilitar e ter um melhor aproveitamento aqui do tempo. Então, as mensagens são agrupadas e encaminhadas aqui para a mesa para que a gente possa fazer a exposição. Caso tenha alguma questão que não possa ser respondida no momento que precise de um tempo maior para que a gente possa fazer a pesquisa e fazer o encaminhamento dessa resposta de forma mais completa esse questionamento ele fica registrado e essa resposta completa depois encaminhada na ata que é divulgada no site do Brasília Ambiental a ata da audiência pública anexada a essa ata a gente encaminha também a resposta completa caso não seja possível encaminhar aqui durante a audiência pública. Se não houver tempo hábil para que a gente possa responder e apresentar todos os questionamentos, todas as manifestações, essas serão incluídas também na ata da audiência pública seguindo o mesmo procedimento que eu citei o encaminhamento das respostas da mesa sendo anexada a ata também. Independente de ter participado ou não da transmissão ao vivo qualquer cidadão poderá no prazo máximo de até 10 dias contados da data da realização da audiência pública, dia 25 de outubro, encaminhar também outras contribuições, novos questionamentos, anexar alguma documentação também que queira que fique registrada durante a audiência pública para isso a gente disponibiliza dois e-mails da [sulam@ibram.df.gov.br](mailto:sulam@ibram.df.gov.br) e também o e-mail do licenciamento.ibram@gmail.com. Então, qualquer interessado que queira fazer o encaminhamento posterior em até 10 dias pode ser encaminhado esses questionamentos são incluídos dentro do processo do licenciamento e encaminhados para que a gente possa fazer também a apresentação e incluindo na ata que é publicada em até 30 dias após a realização da audiência pública. O vídeo com a transmissão fica disponível no canal do Brasília Ambiental podendo ser acessado a qualquer momento e mais informações, o regulamento completo da audiência pública todas as instruções referentes ao procedimento da audiência pública, os estudos ambientais podem ser acessados no site do IBRAM. Lá consta o link das audiências públicas que o IBRAM realiza e toda essa documentação referente a cada uma delas. Além da audiência pública que é esse momento de participação ampliado para que todos possam apresentar suas contribuições dentro do processo de licenciamento qualquer pessoa pode ter acesso no licenciamento ambiental.

O processo de licenciamento ambiental é um processo público qualquer um pode ter acesso como usuário externo do SEI tendo acesso ao processo e também encaminhando para Brasília Ambiental via Ouvidoria do GDF seus questionamentos, suas dúvidas, suas manifestações para que a gente possa receber e fazer os encaminhamentos de resposta para os interessados. A audiência pública ela tem duração máxima de duas horas, sendo possível o seu encerramento antecipado e com a previsão dos 15 minutos de intervalo podendo ser prorrogada por mais 30 minutos. A audiência pública ela é dividida em quatro blocos. Esse primeiro bloco que é a abertura com a leitura dos principais itens do regulamento e as regras de funcionamento da audiência pública virtual, principalmente, para quem não tem tanto costume de participar desse formato. Posteriormente a gente vai dá encaminhamento à exposição técnica de até 30 minutos podendo ser concedido um tempo adicional de 15 minutos para que a consultoria ambiental apresente o estudo ambiental aqui durante a audiência. Após a exposição técnica a gente faz um intervalo de 15 minutos para que a gente possa organizar os questionamentos que já tiverem sido encaminhados aqui para a mesa. Retornamos com a parte das manifestações, da apresentação das manifestações e a respostas da mesa. E posteriormente o encerramento da audiência pública. Aqui durante a exposição técnica a gente tem o engenheiro ambiental da CADIMO(?) Engenharia, João Batista Chaves Neto, que vai iniciar a apresentação do estudo ambiental depois passando a palavra para Geanina Picado arquiteta e urbanista da área empreendimentos que vai dar continuidade a apresentação da exposição técnica. Nesse momento são 19H16 então, a gente vai dar início a apresentação aqui o João da parte do estudo ambiental e retornamos depois ao final da exposição técnica para que a gente faça o intervalo e depois dê o encaminhamento da audiência pública. Agradeço a todos e a gente passa agora para o João para que ele possa dar início a apresentação da exposição técnica do estudo ambiental.

Senhor João Batista Chaves Neto (18:07)

Boa noite. Agradeço a presença dos que estão aqui na sala e dos que estão nos assistindo, nos acompanhando não apenas virtualmente, mas também no ponto de apoio no Recanto das Emas. Vamos dar início à apresentação técnica. O empreendimento denominado RESERVA DO PARQUE foi iniciado no início deste ano todos os estudos todos os projetos e o empreendimento está localizado na região Núcleo Rural Bairro da Benção na Região Administrativa Recanto das Emas. O tamanho da área na ordem de 100 hectares. Nós temos a população estimada aí quase 19 mil habitantes para 5.755 unidades habitacionais. O empreendedor que é a ABRA, Associação de Brasília Regiões Administrativas na qual é o responsável aqui pela condução do empreendimento. A CADIMO Engenharia, a qual sou responsável técnico desenvolvemos todos os estudos, todos os projeto, obviamente, o estudo ambiental a gente requer uma equipe multidisciplinar com conhecimentos diversos em todas as áreas. Na área do meio físico, meio socioeconômico, meio biótico flora e fauna para que todas as informações pudessem ser obtidas a fim de concluirmos pela viabilidade ambiental do empreendimento. E na parte de infraestrutura requer uma equipe específica nas soluções tanto urbanísticas e engenharia, na qual o empreendimento ele deve bem detalhado, bem desenhado de forma a mitigar todos os impactos ambientais. Vamos lá. O empreendimento ele seguiu a fase do licenciamento ambiental e está seguindo as etapas de licenciamento atendendo a política nacional de meio ambiente, na qual define três etapas do licenciamento licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Atualmente estamos na licença prévia, na qual o estudo ambiental que foi desenvolvido foi para atender essa licença. Após a aprovação do estudo, condicionantes, exigências vão ser definidas pelo órgão ambiental, a equipe técnica do IBRAM, na qual deveremos atender para obtenção da licença de instalação e na sequência na licença de operação será após a implantação do empreendimento, após a implantação da infraestrutura. É uma etapa bem a posterior. O licenciamento ele iniciou em janeiro, na qual solicitamos a emissão, fizemos o requerimento da licença prévia e a partir desse documento o IBRAM emitiu um termo de referência, na qual define várias questões técnicas que a equipe multidisciplinar que está presente aqui na reunião tanto pessoalmente tanto na sala precisam levantar e colocar a tona para que possamos estudar o empreendimento e levantar as suas fragilidades, levantar todos os seus pontos a fim de esclarecer e buscar a compatibilização com o empreendimento. Então, o empreendimento está localizado na Região Administrativa do Recanto das Emas, frente a BR060 e a DF001. Ele está situado na bacia hidrográfica do Rio Corumbá e na unidade hidrográfica do Ribeirão Ponte Alta e próximo da microbacia Córrego da Benção. O empreendimento está situado dentro da zona urbana consolidada de acordo com o plano diretor, ou seja, de acordo com o zoneamento estabelecido ele tem aptidão para empreendimentos urbanos. Como a gente pode observar nessa análise multitemporal que são imagens de satélite de vários anos. A área ela tem hoje uma utilização com características agropecuárias como chácaras, mas está situada dentro de um contexto urbano e se manteve ao longo do tempo com as mesmas características. Juntamente com o seu entorno que é próximo a Recanto das Emas, Samambaia e Riacho Fundo. No zoneamento ecológico econômico que objetiva desenvolvimento sustentável do Distrito Federal compartilhando com suas características ambientais e socioeconômicas encontra-se na zona de dinamização produtiva com equidade destinada para produção do Distrito Federal e no seu subzoneamento ela está situada dentro da zona de integração dos núcleos urbanos eixo sul/sudeste do Distrito Federal, na qual a implantação de infraestrutura e transporte público e coletivos permite essa qualificação, na qual o empreendimento está situado. No quesito ambiental, obviamente, como qualquer área do Distrito Federal possui suas fragilidades, mas durante o desenvolvimento do estudo ambiental nós identificamos quais são as medidas mitigatórias que devemos atender para sanar esses riscos e diminuir qualquer tipo de situação ou fragilidade ambiental. O empreendimento está inserido parcialmente na APA do Planalto Central, na

zona de uso sustentável. Nessa zona implica em algumas restrições principalmente com relação a permeabilidade, na qual o urbanismo, a solução urbanística aí e infraestrutura deverá atender para cumprir e atender as exigências, os quesitos estabelecidos por esta unidade de conservação. No entorno do empreendimento existe outras unidades de conservação, ou seja, Parque Ecológico do Riacho Fundo, Parque Distrital Boca da Mata em Samambaia, Parque Distrital Recanto das Emas e compatível em termos de, obviamente, em termos de (?) do empreendimento. São parques urbanos para utilização da população. O estudo ambiental ele passa por quatro etapas. Primeira etapa é o diagnóstico, na qual levantamos todas as informações ambientais relativas ao meio físico, ao meio biótico, ao meio socioeconômico pois isso o estudo ele tem a participação de equipe de especialistas com conhecimento em cada área para que todas as fragilidades, todas as questões inerentes não apenas ambientais, mas socioeconômicas, sociais que envolvem empreendimento possam ser levantadas e a partir de então, as ações urbanísticas e de engenharia elas definem a partir dessa compatibilização que é o diagnóstico e nós identificamos através do prognóstico as medidas e as ações que devemos atender para minimizar os impactos negativos e, principalmente, maximizar aqueles impactos que são positivos e que favorecem a implantação do empreendimento. Então, no meio físico, brevemente, a área de influência que está envolvida foi a microbacia do Vale da Benção e área de influência diretamente afetada que é a área própria do empreendimento. Foi feito estudo geológico, na qual foi definida a unidade de geológica que está inserida o empreendimento. Foi feita a análise da geomorfologia do terreno que destina ali a questão do comportamento do relevo e as suas influências na dinâmica da paisagem. A declividade como podem observar a característica é uma região com leve caimento de zero a cinco por cento e mais próximo do Vale da Benção de cinco a dez. então, assim, ela tem um caimento leve/suave e as cota altimétricas variam entre 1.080 a 1.120. O solo que o principal ponto do empreendimento ele tem em sua predominância que é o latossolo amarelo que é um solo que ele tem uma boa capacidade de carga e a maior fragilidade verificada foi próximo Córrego Vargem da Benção devido a característica do solo que é um organossolo, gleissolo que tem uma característica mais encharcada, mais escura e na conclusão dessas características físicas o solo possui estabilidade em todos os seus aspectos da principal área não próximo ao solo onde se pretende instalar o empreendimento e possuir uma alta capacidade construtiva aptidão para construção, construtiva e a única restrição geotécnica que nós identificamos é próxima ao córrego Vargem da Benção, ao qual identificamos o gleissolo e organossolo que são solos mais frágeis, são solos que o lençol freático ele acaba sendo um pouco mais raso, mas de maneira geral em todo o empreendimento a estabilidade geotécnica elevada e favorável para a implantação do empreendimento. Do ponto de vista de recursos hídricos o córrego Vargem da Benção tem várias utilizações como lançamentos, captação por pequenas irrigações e a partir disso nós fizemos uma análise com as áreas de preservação permanente e definimos uma faixa de 50 metros, principalmente, pela fragilidade do solo e essa área ela vai ser exatamente compatibilizada com o urbanismo de forma que deve ser previsto uma preservação. Para analisar a qualidade do córrego nós definimos três postos de amostragem que foram realizados na estação seca e na estação chuvosa e identificamos apenas uma pequena variação dos parâmetros PH que encontra-se ligeiramente ácido e o córrego encontra-se dentro da classe dois conforme a resolução. E após a ETE que está localizado mais a jusante ela aumenta para a classe quatro. Com relação aos ruídos está dentro dos parâmetros conforme a NBR 10151. Então, não existe nenhuma atividade que sendo desenvolvida próximo que possa afetar a futura população. Quanto aos aspectos meio biótico flora. O que na flora nesse estudo é identificado? São identificados todos os indivíduos arbóreos. Existem metodologias que são aplicadas e o método que foi aplicado foi o senso que é a contagem, identificação de cada espécie arbórea existente dentro do empreendimento. E foram identificados 1.732 indivíduos em todo o empreendimento e a predominância é mangueira, pinus, eucaliptos, milho de grilo que representa aí 53 por cento das espécies predominante dentro do empreendimento. Das 1.732 indivíduos 169 indivíduos divididos em 11 espécies são tombados como jacarandá, copaíba, sucupira, ipê e pequi e também não foram registradas nenhuma espécie ameaçada de extinção. O aspecto meio biótico da fauna a região, a bacia, da Ponte Alta onde está inserida a unidade hidrográfica ela é amplamente estudada. Existem vários outros estudos e para isso foram utilizados como dados secundários e conforme a Instrução Normativa 05 de 2022 do IBRAM, na qual que define as diretrizes para estudos e levantamento de fauna o estudo devido a sua localidade e das informações existentes foram dispensados de campanhas na estação seca e chuvosa, mas a equipe técnica optou por fazer uma expedição de campo para fazer a identificação das espécies visualmente caracterizadas. Dentro dos estudos, dados secundários foram levantados as espécies dos grupos mastofauna que são mamíferos, herpetofauna que são os anfíbios e os répteis, avifauna as aves, ictiofauna os peixes e a entomofauna que são os insetos. Então, assim, eu vou apenas dá ênfase as espécies ameaçadas. Então, dentro da bacia hidrográfica do Ponte Alta foram identificadas apenas o tamanduá bandeira e o lobo guará que são espécies amplamente distribuídas no Distrito Federal e diversas espécies endêmicas. Espécies endêmicas são espécies que são presentes no bioma do cerrado. A ornitofauna, avifauna não foram identificadas nenhuma espécie ameaçada. Na ictiofauna que são os peixes também não e também na entomofauna nas espécies exóticas. A entomofauna se dá destaque para o mosquito da dengue, na qual no estudo são definidos ações para mitigar. Nos levantamento de campo a única espécie que foi registrada foi o mico estrela que é uma espécie endêmica do cerrado presente em todo o cerrado e cães as espécies exóticas. São cachorros que ficam transitando sem nenhum tipo de controle. Foram identificadas raças de cachorro do mato, a coruja buraqueira, pica-pau, e espécie de preá que são os indivíduos que foram identificados dentro de empreendimento. Os aspectos socioeconômicos, meio socioeconômico, onde estuda a dinâmica local, a dinâmica da comunidade como o empreendimento está inserido dentro da Região

Administrativa do Recanto Das Emas então, se focou exatamente nessa região administrativa e nos estudos foram identificados que dos 130 mil habitantes existentes 51 por cento são homens, 48 por cento são mulheres e 52 por cento se classifica se autodenomina como da cor parda. Níveis de escolaridades como 31 por cento com ensino médio, fundamental em torno de 28 por cento. Os números predominantes. Em termo de rendimento bruto individual 59 por cento tem entre um a dois salários mínimos e a faixa de rendimento domiciliar predominante é entre dois a cinco salários mínimos. Uma informação interessante que os imóveis alugados dentro da região administrativa 11.323 unidades imóveis são alugados. Isso se torna uma informação interessante por que essas pessoas podem se beneficiar do empreendimento. Quanto a estrutura pública existente no Recanto das Emas ela encontra-se em um nível de urbanização bem aceitável com rua asfaltada, acesso, calçada, meio fios, redes pluviais, obviamente, como toda cidade existem alguns problemas que devem ser sanados como algumas ruas que são alagadas quando chove, existência de resíduos, mas em termos de atendimento parques, ciclovias, pontos de encontro comunitários, árvores. Então, é uma cidade que tem a suas características de infraestrutura urbanísticas de forma aceitável. Agora eu vou passar a palavra para Geanina, ela é urbanista que vai dar encaminhamento sobre as questões sobre urbanismo e infraestrutura do empreendimento.

Senhora Geanina Picado (36:51)

Boa noite. Obrigado, João. Meu nome é Geanina Picado. Sou parte da equipe de urbanismo e infraestrutura da empresa consultora Área Empreendimentos Sustentáveis responsáveis então, pelos projetos técnicos desse empreendimento. Para a gente entender a proposta do urbanismo a proposta de ocupação dessa área interessante a gente abordar primeiro o marco legal. Qual que é o marco que tem que ser atendido por esse projeto da parte urbanística. Em termos gerais o mais importante aqui no DF sempre é o plano diretor de ordenamento territorial, no caso PDOT de 2009 já atualizado em 2012. Também a Lei Complementar 948 de 2019 que é a Lei de Uso e Ocupação do Solo no Distrito Federal que se aplica a tudo que é fora da área tombada de Brasília. E as diretrizes urbanísticas DIUR 06 de 2018 que é uma diretriz específica para essa região do Vargem das Bênçãos, palavra difícil para mim, e o plano de manejo da água da APA do Planalto Central que o João já abordou, mas que é importante também para as questões urbanísticas. Então, dentro desse marco legal a gente vai destacar alguns pontos que foram mais relevantes para definição urbanística. Primeiro lugar as diretrizes do PDOT estabelecem que a gleba está inserida em 100 por cento na zona urbano consolidada. Isso é importante a gente entender que se trata de zona urbana e não uma zona rural apesar de que as glebas têm essa denominação de núcleo rural, mas já zona urbana. Está inserida na zona densidade média, segundo o mapa de densidade do plano diretor, isso significa que essa gleba (?) uma população, uma densidade entre 50 a 150 habitantes por hectare. Ela compõe a estratégia de oferta habitacional especificamente o polígono A 31. Esse RESERVA DO PARQUE recebeu esse nome agora. Isso significa que é destinado predominantemente para compor oferta habitacional que pode ser na forma de provimento habitacional dos programas do Governo do Distrito Federal. Para novos parcelamentos o plano diretor estabelece pelo menos 15 por cento da área parcelada, ou seja, da área líquida depois de descontadas as áreas que não podem ser parceladas, 15 por cento dessa área tem que ser destinada para equipamentos públicos e espaços livres de uso público que normalmente é na forma de parques ou praças. Já entrando nas diretrizes urbanísticas essa DIUR 03 de 2016 na verdade ela está em fase de revisão por que as diretrizes tem validade de quatro anos. Então, ela já precisa de revisão pode ser que mude algumas diretrizes então, para esse projeto na revisão da DIUR. Essa poligonal, então, nas diretrizes urbanísticas se definiu o zoneamento a SEDUH, a secretaria de desenvolvimento urbano e habitação definiu o zoneamento, isso significa que as diferentes manchas que estão aqui indicadas e coloridas elas representam diferentes possibilidades de tipo de ocupação. E diferentes atividades que são permitidas também em cada uma dessas zonas. Podem ver na figura zona A, zona B, centralidade e parte urbana. Parte urbana basicamente é essa mancha verde é a zona que não pode ser ocupada. É uma área que tem que ficar preservada. A zona A é a que fica um pouco mais próxima da rodovia seria exatamente atrás do polo logístico que já é um parcelamento previsto pela TERRACAP junto da rodovia da BR060. E a zona B que fica exatamente adjacente a DF001. Especificamente nesse caso a zona B é interessante destacar ela praticamente está ocupada pela Granja das Oliveiras que é uma unidade de internação de menores que já opera nessa área da Secretaria de Justiça. O sistema viário da poligonal está configurado principalmente por uma via de circulação no limite norte que é esta via aqui que pode observar pontilhada em preto. Uma via de circulação uma via que é para um acesso relativamente rápido não é uma rodovia. Uma rodovia é uma expressa. E uma via marginal da EPCT por que não é permitido fazer acessos a parcelamentos a partir da pista principal de uma rodovia tem que ter sempre uma via marginal. Então, o acesso seria a partir da marginal da EPCT e também teria uma via parque, isso está previsto nas diretrizes, uma via parque que delimita exatamente qual vai ser a área que pode ser ocupada, parcelada e qual que é a área que precisa ser preservada. Isso no limite sul (?). A permeabilidade mínima que foi estabelecida para esse parcelamento na DIUR é de 20 por cento, porem de acordo com as regras da APA do Planalto Central tem que ter uma permeabilidade de 50 por cento. Aqui a gente pode ver nessa tabela os usos do solo e os parâmetros urbanísticos que são permitidos para os lotes que vão ser criados nesse projeto para cada uma das zonas. Então, aqui a gente só tem zona A e zona B. por que na zona do parque não pode criar lotes. Então, a zona A, na verdade ambas permitem usos comerciais, prestação de serviços, residencial na forma de uso misto que significa você pode ter comércio, serviços geralmente no nível térreo e residência nos andares superiores. A diferença é que na zona A permite uso residencial multifamiliar exclusivo, ou

seja, pode ter prédio de apartamentos ou condomínios de casas e zona B não permitem isso ela é mais voltara para usos um pouco mais intensos por que ela é mais próxima da DF001. Então, tem mais vocação para atividades não residenciais. Esse é a ideia. Os coeficientes todos coeficientes básicos foi o um significa que os coeficientes máximos não ultrapassam três isso significa que o coeficiente o potencial construtivo dos lotes não vai ser muito elevado por isso, por isso mesmo também as alturas máximas chegam apenas a 16 metros, isso de altura dos edifícios. Isso significa no máximo de quatro talvez cinco pavimentos das edificações. Exceto no familiar, nas casas que só podem até 12. Interessante destacar aqui nessa figura que podem ver que muitas coisas já, digamos já consolidadas, são parcelamentos que já existem consolidados que já estão previstos e projetos aprovados como é o caso do polo logístico que é um projeto da TERRACAP, tem outro Parque das Bênçãos ao sul do empreendimento e (?) Riacho Fundo consolidado, Samambaia. Então, o que é interessante dessa área do projeto que ela é um vazio urbano dentro de uma malha, uma estrutura urbana muito consolidada e prevista de infraestrutura. Já tem infraestrutura implantada. Então, conforme as diretrizes gerais do PDOT esses vazios urbanos eles devem ser ocupados para você conseguir ter uma malha continua que não tenha esses vazios que resultam em deseconomias também e para ter um melhor aproveitamento da infraestrutura. No caso é também interessante destacar que há previsão de uma estação uma futura estação do BRT na DF001 bem próximo do acesso desse empreendimento. Então, é uma infraestrutura de transporte bastante significativa que precisa de uma certa densidade. Tem que ter uma quantidade de gente significativa para esse tipo de transporte de ele ser bem aproveitado. E quanto a estrutura viária já, estrutura proposta, para esse projeto a gente tem aqui indicado em vermelho pontilhado são as duas rodovias existentes, são as vias expressas que dão acesso a essa região, BR060 e a DF001, depois tem conexões que a gente denomina secundária, mas é na verdade essa conexão em vermelho, essa via vermelha que aparece aqui no slide, ela é uma via estruturante, é uma via de atividades ou uma via de circulação, dependendo como ela foi configurada, mas é o que vai estruturar esse empreendimento e vai fazer a postura dele como polo logístico que vai se desenvolver entre a rodovia e o RESERVA DO PARQUE. Ao longo dessa via podem ver que tem lotes que estão na cor vermelha, rosinha, são lotes com usos comerciais não residenciais, eu vou explicar um pouquinho mais a frente. Tem também uma via parque está aqui indicada em verde que é uma via que vai fazer a conexão também desde a rodovia, mas ela vai margear todo o parque ao sul. É uma via que tem um caráter um pouco mais bucólico, não é só para circular, ela também tem esse caráter de ser uma coisa de recreio. E tem uma via que a gente denominou de boulevard que é a que vai estruturar internamente os lotes atrás, digamos da via que está em vermelho que é de atividades que é a que articula como polo logístico que vai existir ao norte. E atrás dela então, vai ter outros quarteirões menores onde vai ter uma diversidade de atividades, alguns desses lotes acessados pela via boulevard. Aqui a gente tem simplificativamente uma forma assim, ilustrativa, os tipos de (?) os cortes típicos das vias propostas. Então, só para ter uma noção da ordem de grandeza da via de atividades que é estruturante que é uma via duplicada, ela é uma via que tem um canteiro mais largo arborizado, inclusive pode acolher umas atividades de lazer nesse canteiro, cabem calçadas mais largas, tem ciclovias nos dois lados, tudo isso é um dimensionamento que é obrigatório para essa hierarquia de via. As coletoras são um pouco menores não seriam duplicadas e a via parque, a via de vizinhança 01 que se chama as vias locais coletoras, desculpa, também já seria um pouco mais arborizada com mais área verde. Essa seria a diferença da coletora que não é via parque é um pouco mais estreita, tem menos área verde e a via parque tem mais. Aqui a gente tem o que nós chamamos de uma planta geral do uso do solo. Que esses polígonos coloridos representam são os lotes e as cores o tipo de atividades ou uso solo que serão permitidos nesses lotes. Então, a ideia é configurar uma faixa, como eu falei antes, quarteirões pequenos que tenham atividades não residenciais botá-los para a via principal, estruturante, e atividades de uso misto na parte de trás que seria na via boulevard que são os lotes em cinza onde a sigla diz CSIR2, ou seja, CSII NO são de uso misto, ou seja, pode ter aí apartamentos e atividades econômicas nos mesmos lotes. Isso é o que é uso misto. No caso dos lotes em cinza mais claro são esses retalhos maiores se trata de ter empreendimentos de apartamentos no caso vão ser exclusivamente residências para provimento habitacional da CODHAB. Então, é nesses grandes lotes que vão se desenvolver os conjuntos habitacionais. Temos também lotes em azul um pouco mais escuros são os lotes de uso institucionais para equipamentos públicos, quer dizer, para equipamento de atendimento a comunidade. O polígono maior que pode ver aí é a Granja das Oliveiras existente, está na área. Então, esse equipamento já opera nesse local a ideia é que o projeto venha regularizar esse equipamento da Secretaria de Justiça. E os institucionais que estão em azul mais claro são institucionais privados que podem ser comercializados depois para alguma instituição particular. Além disso, tem os lotes pequenos, pequenos polígonos em amarelo claro que são residencial obrigatório, ou seja, residência unifamiliar. São lotes para construir casas. A ideia é que essas casas alimentem o espaço público, ou seja, para não ter grandes trechos de via com muros cegos dos condomínios foram projetados esses para casas ao longo das vias coletoras de forma que o espaço público não fique vazio. Uma estratégia muito utilizada agora para evitar esses espaços públicos sem vitalidade. Também a ideia de colocar tanto os usos comerciais ao longo das avenidas onde vai circular mais gente. Então, em termos gerais essa é a proposta de ocupação. Ter uma grande avenida com uso mais diversificados depois ter um setor mais residencial, uma área um mais residencial, um pouco mais tranquila e na parte mais ao sul conforme se aproxima do parque os usos são para (?) intensos. A gente tem também uma proposta de um condomínio com aproximadamente 10 casas que é essa mancha verde que são de ocupações que já existem na área. Bom, eu já me adiantei um pouquinho já expliquei os tipos de usos. Então, eu só queria destacar que tem 11 lotes residências multifamiliares mais ou menos 23 mil metros quadrados, alguns um pouco mais, que são destinados a

esses conjuntos habitacionais, de provimento habitacional da CODHAB. Tem lotes residenciais unifamiliares também e tem outro lote que é condomínio. Então, a ideia e têm as unidades de uso misto os lotes cinza escuro. A ideia então, é ofertar uma certa diversidade de tipologias de habitação não seja só um tipo de coisa não tem só casa, não tem só apartamento, tem várias e diferentes possibilidades para morar nesse novo bairro. Aqui é em relação aos equipamentos públicos só destacando a presença e a ideia de regularizar a ocupação UNIRE que ocupa aproximadamente 16 hectares da área. A criação de um parque urbano que vai ter quaser três hectares. Ele abrange toda área de preservação permanente um pouco mais equivale aproximadamente a três por cento da área da poligonal esse parque. Nesses quadros de áreas o que é importante destacar no quadro em cima mais de 96 por cento dessa gleba é área possível de ser parcelada, ou seja, quase toda a gleba pode ser utilizada, apenas a área de preservação permanente que não, seriam parceláveis, digamos assim, e também destacar que apesar o PDOT exija 15 por cento para área de doação de equipamentos públicos e áreas verdes públicas esse projeto está prevendo quase 40 por cento pelo fato de que o lote da Granja das Oliveiras ocupa 16 hectares. Então, para não ficar sem atendimento a comunidade nesse espaço estão sendo previstos outros lotes além do percentual exigido. Em resumo esse empreendimento prevê uma oferta 5.755 unidades em diversas tipologias que eu mencionei, sendo predominantemente a tipologia multifamiliar, ou seja, apartamentos multifamiliar vertical, para uma população estimada, prevista, de 18.993 quase 19 mil habitantes. Passando aqui para as questões de infraestrutura. Bom, antes disso a consulta fundiária que foi feita junto a TERRACAP demonstra que a área toda é de patrimônio da TERRACAP. Então, existe um termo de cessão para CODHAB fazer uso dessa área como programa de provimento habitacional. Já especificamente sobre infraestrutura para o abastecimento de água, bom aqui são parênteses em qualquer empreendimento de parcelamento de solo tem que ser realizado as consultas às concessionárias de serviços públicos para sabermos se tem viabilidade de atendimento. Então, é encaminhado uma consulta que informa aonde que é a área, que tamanho e população prevista e aí cada uma das concessionárias encaminha suas respostas em relação as duas questões se existe viabilidade de atendimento, quais seriam os tipos de soluções que poderiam ser adotadas e também se há interferências de redes existentes ou projetadas nessa área. No caso para abastecimento de água a CAESB informou que consta uma interferência com redes implantadas, vamos lembrar que já tem a Granja das Oliveiras operando lá, então, sempre vai aparecer interferência e para o abastecimento de água informou que o empreendimento poderá ser abastecido pelo sistema produtor Descoberto, ou seja, pela própria CAESB. Com relação ao esgotamento sanitário também foi informado que existem interferências com redes implantadas e que é viável o atendimento com sistema de esgotamento da própria CAESB, sendo que deverá ser previsto uma elevatória de esgoto no local sanitário nessa figura com um pontinho verde. Então, a solução do projeto tanto para água quanto para esgoto o empreendedor vai elaborar o projeto, a concepção básico executivo, a serem aprovados junto a CAESB e será previsto a área para esta estação elevatória no local que a CAESB indicou. Tudo isso faz parte do processo de licenciamento ambiental também a aprovação dos projetos de infraestrutura. Em relação ao abastecimento de energia a NEOENERGIA tem viabilidade de atender com energia elétrica esse empreendimento. Também é necessário que o empreendedor submeta o projeto para isso e tem interferência que é basicamente a rede que alimenta a Granja das Oliveira. Então, o empreendedor vai elaborar o projeto da rede de abastecimento e submeterá para aprovação. É interessante lembrar que atualmente que os projetos de iluminação pública não são feitos pelos empreendimentos, são feitos pela própria concessionária. Aqui no caso para iluminação pública têm todas essas redes existentes. Então, existe interferência realmente. No caso do traçado urbanístico não consiga aproveitar essas redes que já existem então, o empreendedor solicita remanejamento dessas redes a CEB, sendo que esse remanejamento é de competência digamos de custo para o empreendedor. No que diz respeito a rede de drenagem pluvial também foi consultada a NOVACAP informou que existe interferência que é o que está mostrado nessa planta cadastral a direita têm duas redes, na verdade só uma dentro da área e a outra já é fora da poligonal do projeto. Não tem capacidade de atender esse empreendimento, ou seja, a rede que existe não consegue absorver a vazão desse projeto. Então, é necessário que o empreendedor elabore seu projeto para esse novo bairro e submeta à concessionária a aprovação de acordo com as normas da ADASA e da própria NOVACAP e é isso que está sendo feito então, uma concepção de drenagem depois um projeto executivo. A previsão é de fazer uma rede convencional com amortecimento de acordo com as regulamentações da ADASA e lançamento aqui no Córrego Vargem das Bênçãos. Em relação aos resíduos sólidos o SLU informou que não tem nenhum impacto significativo, eles já realizam a coleta na região, na verdade sempre informa que é obrigação da SLU fazer essa coleta e vai absorver a coleta. A única questão que eles têm é para a coleta domiciliar é que o sistema viário seja devidamente dimensionado para permitir a manobra dos caminhões. Isso já atendendo a norma viária do DF isso já está atendido. Também consultamos o DETRAN informou que não compete ao DETRAN a análise dos projetos de sistema viário, dimensionamento por isso o projeto tem que ser aprovado pela SEDUH competência da SEDUH essa aprovação. Em relação as rodovias próximas da poligonal do projeto foi consultado o DER informou que existe...o empreendimento, a poligonal do projeto, a área do projeto ela é limítrofe com a DF001, mas não interfere com a faixa de domínio da rodovia. Faixa de domínio é aquela faixa que é de uso exclusivo da rodovia. Então, não interfere com essa faixa de domínio, mas foi exigido um relatório de impacto de trânsito que está sendo elaborado e vai ser submetida em breve daqui mais ou menos 30 dias a previsão de submeter esse estudo para avaliação do DER que vai avaliar os impactos sobre tanto da DF001 quanto também da BR060 por que está dentro da sua área de impacto. Bom, obrigado, eu vou devolver agora para o João que vai falar do prognóstico.

Senhor João Batista Chaves Neto (60:44)

Então, partindo do diagnóstico onde foram levantadas todas as informações do empreendimento. Foi feita a compatibilização com o urbanismo e com as soluções de infraestrutura que deverão ser definidas para viabilidade de implantação do empreendimento e o prognóstico a gente avalia quais são esses impactos e quais são as medidas que a gente precisa adotar, se atentar, para que a gente possa reduzir, que a gente possa mitigar e maximizar as ações positivas do empreendimento. Então, isso é feito tanto para os meios físicos, meio biótico, meio socioeconômico de forma que a gente consiga sanar todos os desafios do empreendimento. É importante salientar que a partir do diagnóstico e das respostas das concessionárias CAESB, NOVACAP, NEOENERGIA, nós conseguimos traçar a estratégia, quais são as soluções adequadas. Por exemplo, a questão do esgotamento sanitário a CAESB vai atender. A questão do abastecimento para a população a CAESB vai atender. Se eventualmente a CAESB não atendesse a questão do esgotamento a equipe de engenharia deverá traçar uma estratégia para poder solucionar essa questão. Então, como a CAESB já atendeu praticamente a gente está com os principais pontos resolvidos. Apenas a questão da drenagem. Então, assim, de maneira geral no meio físico a gente como qualquer empreendimento o movimento de terra, remoção da cobertura vegetal, alteração da paisagem, a questão do aumento do escoamento superficial. Então, todas essas ações são definidas ações que devem ser adotadas. Eu vou colocar aqui apenas pincelando um exemplo por que todos vocês podem ter acesso no EIA/RIMA de forma que vocês possam ter uma informação mais clara. Por que na apresentação a gente não consegue adentrar em todos os pontos. Então, por exemplo, permeabilização de área de aquífero. O que é que precisa fazer? Criar recarga subterrânea induzida por meio fio, pavimento, então, a gente vai criar alternativas que favoreçam essa infiltração. Então, é basicamente isso. Um aspecto da flora supressão vegetal então, os indivíduos que serão suprimidos se são espécies tombadas será feita a compensação florestal dessas árvores. É feito o plantio em novas áreas. Questão de alteração da APP do córrego, do Córrego Vargem da Bênção, o que acontece? Vai fazer a proteção desse córrego o plantio, a recuperação da caixa, da calha do córrego. Então, são ações, são medidas que serão adotadas pela implantação do empreendimento. Na questão da fauna também como a implantação do empreendimento vai acontecer o afugentamento. Então, para isso é adotar programas específicos durante a fase de implantação do empreendimento para que a gente possa reduzir acidentes com animais peçonhentos e animais que possam ser afetados durante a fase de construção. Ma parte meio antrópico temos uma geração de emprego para a região por uma faixa de tempo significativa que é o desenvolvimento que isso vai produzir. Então, será também uma expectativa do mercado imobiliário. Então, são impactos que naturalmente com a implantação do empreendimento vai gerar aumento de receita tributária. Então, assim, a dinâmica daquela sociedade será afetada pelo empreendimento tanto na fase de instalação durante as obras e também na operação do empreendimento. Então, das ações nós transformamos depois de todas as análises dos impactos daqueles pontos nós definimos três programas do meio físico, três programas para flora, o aspecto biótico, um programa para a fauna, quatro programas para socioeconomia. Esses programas serão trabalhados na fase de instalação e também na fase de operação quando o empreendimento estiver implantado e em funcionamento. Então, são eles programa de gestão dos impactos com a implantação da infraestrutura, da alteração da estrutura urbana, programa de gestão da dinâmica hídrica superficial e subterrânea para poder fazer esse acompanhamento se está ocorrendo alguma contaminação, programa de monitoramento de processos erosivos para poder mitigar o efeito durante as obras com a chuva que geralmente pode em virtude da pressão, da retirada camada superficial pode gerar processos erosivos programa de monitoramento de flora para que possa ser feito plantio, recuperação das áreas degradadas, principalmente no Córrego Vargem da Bênção, arborização do sistema viário que é a questão do paisagismo. Questão da fauna é um programa de afugentamento durante a fase de instalação do empreendimento é feito controle dessa fauna. E na parte da socioeconomia que é comunicação social, educação ambiental, saúde e segurança dos trabalhadores e programa de gestão de obras durante a fase de construção. Então, assim eu agradeço essa primeira etapa pela explanação e vamos abrir no momento oportuno para esclarecimentos. A nossa equipe técnica multidisciplinar está acompanhando virtualmente outros estão aqui presencialmente para que a comunidade toda que tenha alguma dúvida que a gente possa esclarecer. E agradeço.

Senhor Antonio Terra (66:58)

Obrigado, João e Geanina pela apresentação e em respeito ao tempo a gente passou só cinco minutinhos do tempo adicional e a gente sabe como o estudo é grande e bastante complexo. Então, agradeço aí vocês terem conseguido fazer a apresentação concisa e objetiva e o pessoal possa ter acesso as principais informações, características e entender como que é o empreendimento e o estudo ambiental que foi feito para ele. Posteriormente na fase que a gente vai passar do encaminhamento das manifestações alguma complementação em relação ao estudo, alguma questão que não pode ser explanada de forma mais específica poderá ser feito ai durante a parte das manifestações. Respeitando o nosso regulamento da audiência pública agora a gente passa para um intervalo de 15 minutos. São 20H06 então, a gente retorna daqui a 15 minutos para que a gente possa fazer apresentação das manifestações, os encaminhamentos aqui pela mesa e pela equipe técnica também que está acompanhando aqui o João e a Geanina para que possa responder as questões e as manifestações dos interessados. Então, a gente dá início ao intervalo. Peço que ponha a tela de intervalo e a gente retorna dentro de 15 minutos. Obrigado. (Intervalo - 82:49) Boa noite a todos, novamente.

Conforme regulamento estamos retornando daqui do intervalo da audiência pública a gente já recebeu duas manifestações aqui de interessados. Antes só de fazer a leitura e os encaminhamentos aqui da mesa eu vou repassar aqui para vocês que a audiência que é muito importante a participação de todo mundo que é interessado de toda comunidade para que a gente possa levantar essas informações, trazer essas informações para dentro do processo de licenciamento. Quem tiver alguma questão, alguma manifestação, contribuição a gente pede que encaminhe aqui pelos canais ou pelo WhatsApp ou pelo e-mail ou pelo chat do vídeo aqui no YouTube para que a gente possa fazer a apresentação as manifestações e isso ser incorporado aqui dentro da audiência pública para aprimorar o processo do licenciamento ambiental. Só lembra também o vídeo fica disponível no canal do YouTube do Brasília Ambiental em até 10 dias a gente ainda fica aberto para receber as contribuições, as manifestações de qualquer pessoa eu tiver interesse nessa audiência pública do empreendimento. Passando aqui para a leitura dos encaminhamentos eu a gente já recebeu durante a exposição técnica no início da audiência. Fazendo a leitura da primeira manifestação que é da senhora Estefânia Marques Leão Fernandes, ela é presidente da Associação do Núcleo Rural da Vargem da Bênção, a gente agradece aqui a participação. O questionamento dela é em relação aos ocupantes que existem na área. Ela diz, boa noite, me chamo Estefânia Marques Leão Fernandes sou presidente da Associação do Núcleo Rural da Vargem da Bênção observei que no projeto de estudo ambiental não consta nada sobre os ocupantes da área. Quero deixar registrado que existem diversas famílias que moram no local desde 1958 e a empresa responsável pelo estudo não fez nenhuma referência a esses ocupantes. No estudo ambiental uma das questões que tem no diagnóstico é justamente a parte social, socioambiental, em relação à comunidade. Vou repassar aqui essa questão para o João e a Geanina para que eles possam apresentar as suas contribuições em relação a essa questão levantada pela senhora Estefânia.

Senhor João Batista Chaves Neto (85:43)

Obrigado, Antonio Terra. Eu vou compartilhar a tela para facilitar aqui a explanação. Conforme nos colocamos ao longo da apresentação nessa análise multitemporal nós analisamos a dinâmica da ocupação que tem uso com características agropecuárias que são chácaras, que são várias edificações existentes. Essas edificações se mantiveram durante muito tempo conforme colocado desde 1958. Aqui nas imagens de satélite nós registramos desde 1997. As principais ocupações existentes dentro da poligonal é o que nós estamos falando nós criamos uma área residencial multifamiliar neste caso, na qual são destinadas casas para as ocupações existentes dentro dessa poligonal para que elas possam ser mantidas. Eu vou passar a palavra para Geanina que ela pode falar qual que foi a solução urbanística para essa questão.

Senhora Geanina Picado (86:48)

Talvez eu falei muito rápido não ficou claro. Esse polígono verde claro aqui, verde mais forte a cor, justamente ele prevê a criação de um condomínio horizontal para abrigar essas ocupações, essas residências, que já existe na área. Então, aí a previsão é de ter apenas 10 casas. Apenas 10 unidades justamente para as famílias que já moram na área do projeto possam ficar no local onde estão. Se puder voltar para imagem anterior da ver onde incidi o local.

Senhor João Batista Cahaves Neto (87:25)

Exatamente essa área aqui.

Senhora Geanina Picado (87:31)

O lote que está sendo proposto que é um condomínio de casas. Não é um lote separado e também não é um condomínio de prédios. A cor que está representando na planta urbanística corresponde na Lei de Uso e Ocupação de Solo a uso RE2 que é o residencial multifamiliar no formato de casas. Então, ali seja um condomínio urbanístico, condomínio horizontal para essas famílias.

Senhor João Batista Caves Neto (87:56)

Aproveito também, pra comentar o objetivo de criar uma característica ambiental diferenciada dentro do empreendimento que envolve essas ocupações existentes é a faixa de APP que foi definida pelo empreendimento. Usualmente essa faixa do Córrego Vargem da Bênção prevista por lei seria uma faixa de 30 metros. Como forma diferencial nós optamos criar uma faixa de proteção bem maior do que é estabelecido por lei exatamente para criar características de preservação que favoreça também os ocupantes que ainda se manterão dentro do empreendimento. obviamente nessa área específica multifamiliar que a Geanina comentou. Obrigado.

Senhor Antonio Terra (88:52)

Agradeço os esclarecimentos e agradeço a senhora Estefânia pelas contribuições. Caso queira apresentar alguma complementação também da sua questão fique a vontade para encaminhar aqui para mesa. Próxima participação é do Luciano Alencar, ele é diretor de meio ambiente do SINDUSCON DF. Ele apresenta sua contribuição no seguinte

sentido o SINDUSCON DF parabeniza toda equipe técnica da empresa responsável pelo estudo a CADIMO Engenharia, bem como os responsáveis pelo empreendimento RESERVA DO PARQUE. Projetos urbanísticos conscientes e alinhados com todo arcabouço deve ser o parâmetro de ocupação do uso do solo da capital federal. Entendemos que o aumento da oferta de imóveis legais é um duro golpe na indústria da ilegalidade presente no DF. Nesse contexto na promoção do desenvolvimento sustentável é visível que o empreendedor propõe medidas mitigadoras e compensatórias de forma a propiciar a implantação do empreendimento alinhado com todos os objetivos da sustentabilidade. Aproveitamos a oportunidade também pra agradecer a equipe técnica da SULAM e o time de comunicação do IBRAM que facilitaram o acompanhamento desta audiência. Antes de passar a palavra para Geanina e para o João só agradecer em nome do Brasília Ambiental a referência e dizer que a gente entende nesse mesmo sentido que o licenciamento ambiental, a parte do controle ambiental, todos os empreendimentos que são feitos de forma regular eles favorecem a questão da ocupação, o desenvolvimento sustentável e que essa ocupação se dê de forma ordenada e respeitando e mitigando os impactos ambientais que são previstos dentro do processo de licenciamento, dentro da política ambiental. Então, quanto mais a gente faz processos nesse sentido respeitando todo trâmite seja dentro da SEDUH, seja no Brasília Ambiental, o processo também passa pelo Conselho de Meio Ambiente aqui do DF, CONAM DF, para pelo CONPLAN, o Conselho de Planejamento do DF, então, todas essas etapas contribuem para que o processo se dê de forma ordenada e respeitando toda a legislação e as normas presentes aqui no Distrito Federal. Vou passar a palavra para Geanina e para o João se quiserem fazer alguma complementação nesse sentido.

Senhor João Batista Chaves Neto (91:38)

Agradeço as palavras do Luciano Alencar representando o SINDUSCON o empreendimento dessa magnitude ele tem que seguir todo o rito do licenciamento ambiental atendendo todos os parâmetros urbanísticos, as soluções de engenharia têm que ser compatíveis com as questões ambientais relacionados à área. E eu agradeço a manifestação e especialmente ao IBRAM que criou essa facilidade de comunicação para outras pessoas possam participar e ter o entendimento que está acontecendo dentro dos empreendimentos. Bem prático, bem direto e mais uma vez agradeço Luciano pela sua manifestação.

Senhor Antonio Terra (92:27)

No momento a gente recebeu até agora essas duas manifestações, essas duas contribuições a gente fica aguardando aqui mais alguns minutos também para que a gente possa receber novas contribuições. É importante que todos fiquem a vontade para participar, para apresentar suas manifestações seja de forma contrária, a favor, apresentando suas contribuições referentes a área ambiental ou a outro tema que a gente possa também apresentar alguma contribuição mesmo que ele não seja estritamente ligado ao estudo ambiental para que a gente possa fazer a leitura e que isso fique registrado aqui também na audiência pública. A gente aguarda mais cinco minutinhos a gente faz um intervalo de cinco minutos para que a gente possa verificar se a gente vai receber alguma nova contribuição e a gente retorna para fazer a leitura ou desses encaminhamentos ou então, fazer a parte do encerramento da audiência pública. Então, são 20H32 a faz um intervalo de cinco minutos para que a gente verifique se vai receber mais alguma contribuição retornando então, as 20H37. Obrigado. (98:30) Retornando aqui conforme a gente tinha previsto. A gente não recebeu mais nenhuma contribuição durante esse período do intervalo que a gente fez essa pausa aqui na audiência pública. Então, a gente já faz nosso encaminhamento para o encerramento da audiência. Antes de fazer formalmente o encerramento só relembra que em até 10 dias existe também, conforme a gente já relatou no início da audiência na apresentação do regulamento, a possibilidade ainda de encaminhamento das suas manifestações, contribuições pelos e-mails que a gente destacou vou só lembrar o e-mail da [sulam.ibram@ibram.df.gov.br](mailto:sulam.ibram@ibram.df.gov.br) e o segundo e-mail [licenciamento.ibram@gmail.com](mailto:licenciamento.ibram@gmail.com). Tanto por esses dois e-mails a gente ainda recebe em até 10 dias novas manifestações, novas contribuições de quem tiver interesse de fazer seus encaminhamentos aqui para o IBRAM. Lembrando também que o processo de licenciamento é público pode ser acessado por qualquer cidadão, podendo ser acessado pelo sistema SEI como usuário externo ou também fazendo algum encaminhamento pela Ouvidoria do GDF. Vou passar a palavra aqui Geanina e para o João para suas considerações finais e a gente faz aqui o encerramento da audiência.

Senhor João Batista Chaves Neto (100:06)

Agradeço aos participantes, as pessoas que manifestaram suas perguntas e com seus ponderamentos estamos a disposição para poder esclarecer outras dúvidas para que a gente possa concluir esse processo de participação pública e esclarecimentos de todas as questões.

Senhora Geanian Picado (100:30)

Bom, da minha parte da equipe de urbanistas e engenheiros só agradecer a oportunidade de participar da audiência, ouvir as contribuições da comunidade. Reforçar que fica aberto o canal para que quiser fazer alguma sugestão,

qualquer encaminhamento, questionamento, mas principalmente agradecer o IBRAM pela organização a CADIMO também a oportunidade de participar de um empreendimento que para nós do ponto de vista da engenharia, do urbanismo é um empreendimento muito interessante e muito bem localizado. Ele vem ao encontro de tudo que é planejamento da SEDUH e Plano Diretor já prevê para nós é uma grande oportunidade de participar. Agradeço.

Senhor Antonio Terra (101:25)

Bom, agradeço ao João, a Geanina e toda equipe da empresa, das consultorias ambientais, a equipe do IBRAM, a equipe técnica presente. Agradeço a participação de todos os interessados, todas as pessoas que assistiram e que vão posteriormente também assistir aqui a esse vídeo, essa apresentação do estudo ambiental da audiência pública. Agora são 20H40 conforme a gente relatou a gente não teve mais nenhum encaminhamento então, faz o encerramento aqui da audiência pública agradecendo a todos, uma boa noite a todos e obrigado em nome do Brasília Ambiental pela participação por mais uma audiência pública que a gente realizou. Obrigado. Boa noite.